



**CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS
CONFERE**

ATENÇÃO!

Prezado (a) Fornecedor (a), obrigado pelo interesse na contratação.

Leia atentamente as REGRAS e o TERMO DE REFERÊNCIA, abaixo.

**REGRAS E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
VIA DISPENSA ELETRÔNICA**

Fundamento: Lei nº 14.133/21 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021.

- 1) O FORNECEDOR interessado em participar da Dispensa Eletrônica deverá, obrigatoriamente, baixar o Termo de Referência, ler o documento na íntegra e estar de acordo com as regras descritas.
- 2) As informações acerca do objeto (especificação técnica), local e condições de entrega, recebimento, critério de aceitação, fiscalização e pagamento constam no Termo de Referência.
- 3) Em caso de dúvidas, entrem em contato no telefone (61) 3225-3663 ou por e-mail: compras@confere.org.br.
- 4) Havendo divergência entre o produto ou o serviço descrito no CATMAT/CATSER e o informado na descrição complementar, vale o informado na descrição do Termo de Referência.
- 5) O FORNECEDOR que informar no campo do sistema "*marca*" termos genéricos como "*diversos, dvs, de acordo com TR, compatível, segundo o TR, conforme o TR, etc.*" será desclassificado. A proposta/lance vincula à marca apresentada via sistema, razão pela qual não aceitaremos marca diferente da apresentada no sistema.
- 6) O FORNECEDOR que se manter inerte no "chat" do sistema da Dispensa Eletrônica pelo período de 30 (trinta) minutos, em relação a qualquer tentativa de contato feita pelo agente da contratação, terá sua proposta DESCLASSIFICADA.
- 7) O FORNECEDOR deverá ter atenção ao lançar o seu preço, a fim de evitar valor inexequível.
- 8) O FORNECEDOR também deverá estar ciente do art. 8º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, *in verbis*:

"Fornecedor



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

*Art. 8º O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, **exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, declarar, em campo próprio do sistema, as seguintes informações:***

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

IV - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

V - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e

VI - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021."

9) No preço ofertado deverão estar inclusos todos os impostos, os descontos e o frete (CIF), ou seja, as despesas com a entrega do objeto serão por conta do fornecedor.

10) Após o encerramento da sessão pública e no prazo máximo de 2 (duas) horas, o agente da contratação verificará a documentação do fornecedor com o melhor preço, ou seja, o 1º colocado dos respectivos itens, nos seguintes portais: **1)** SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores/Consulta/ Situação do Fornecedor (acesso Governo) e **2)** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), de acordo com o item 7 do Termo de Referência.

10.1) Caso o agente da contratação não logre êxito na consulta, será concedido o mesmo prazo para que o fornecedor envie, por meio do sistema (caso essa funcionalidade esteja disponível), a documentação, a proposta e, se necessário, documentos complementares, adequados ao último lance ofertado pelo vencedor. A solicitação será encaminhada no endereço do e-mail cadastrado pelo fornecedor junto ao SICAF, sendo que a informação incorreta ou desatualizada é de responsabilidade do fornecedor.

10.1.1) Essa documentação deverá ser apresentada como complemento da proposta de preços apresentada via sistema informatizado, em papel timbrado da empresa (de preferência), contendo o CNPJ, data, preço, marca, descrição detalhada do material (objeto



CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS CONFERE

da contratação), de acordo com o descrito pela Empresa na Dispensa Eletrônica, com validade mínima de 30 dias, com todas as características dos produtos cotados, em especial a marca, o modelo, os acessórios e o prazo de garantia, juntamente com catálogos ou folders. O não envio da proposta no prazo acima estabelecido será considerado desistência por parte da empresa participante e a sujeitará às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021.

11) NÃO aceitaremos itens com preços acima do valor de referência, exceto na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do § 4º do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

12) O Conselho Federal dos Representantes Comerciais poderá solicitar documentação complementar para análise e parecer da área requisitante. Caso as especificações do material descrito na proposta não estejam de acordo com o que foi solicitado pela Administração na Dispensa Eletrônica, a proposta será desclassificada, sendo ofertado ao próximo colocado a oportunidade do envio de proposta, nas mesmas condições da vencedora do item.

13) Os FORNECEDORES deverão participar das Dispensas Eletrônicas com os materiais/serviços que fazem parte de sua linha de fornecimento cadastrada no SICAF ou Junto à Receita Federal (CNAE). Portanto, antes de participarem, verifiquem se o cadastro no SICAF está atualizado, em especial, endereço de e-mail, de telefone e os Níveis Cadastrados: I – Credenciamento; II - Habilitação Jurídica e III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal, sob pena de ser desclassificada, diante da impossibilidade de contato.

14) Para que o empenho possa ser emitido, o FORNECEDOR vencedor deverá comprovar a Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal, Estadual e Municipal, conforme o caso, por meio das seguintes certidões: 1) Receita Federal e PGFN, 2) FGTS, 3) Trabalhista, 4) Fazenda Estadual e 5) Fazenda Municipal.

15) De acordo com a legislação em vigor, a Administração Pública se reserva o direito de CANCELAR A CONTRATAÇÃO DE QUALQUER ITEM da presente Dispensa Eletrônica.

Documento assinado digitalmente
gov.br ROBSON CARVALHO DE LIMA
Data: 10/06/2026 14:00:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Robson Lima
Gerente de Aquisições

CONSELHO FEDER. DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

Termo de Referência 21/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2026	389047-CONSELHO FEDER. DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS	ROBSON CARVALHO DE LIMA	10/06/2026 12:28 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		13/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo de Contratação Direta nº 013/2026)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa seguradora devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para prestação de serviços de seguro total de veículo pertencente à frota oficial do Conselho Federal dos Representantes Comerciais – CONFERE, com cobertura abrangente contra colisão, incêndio, roubo, furto, danos da natureza, responsabilidade civil facultativa de veículos, acidentes pessoais de passageiros e assistência 24 horas, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Seguro total para veículo oficial Toyota Corolla GLi CVT 1.8 16V Dual	22764	Unidade	01	R\$ 826,52	R\$ 826,52

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O serviço objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Identificação do Veículo

Marca: Toyota

Modelo: Corolla GLi CVT 1.8 16V Dual

Ano de Fabricação: 2016

Ano/Modelo: 2017

Placa: PAS-3418

Chassi: 9BRBLWHE2H0080067

Combustível: Flex

Categoria Tarifária: Passeio Oficial

Uso: Administrativo e institucional.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.5. A apólice terá vigência de 12 (doze) meses, contados das 24 horas do dia subsequente ao encerramento da apólice vigente na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O CONFERE possui veículo oficial utilizado para atividades administrativas, operacionais, institucionais e de representação.

2.1.1. A contratação justifica-se pela necessidade de preservação do patrimônio público federal, mitigação dos riscos financeiros decorrentes de acidentes, roubos, furtos e danos causados a terceiros, bem como pela necessidade de assegurar a continuidade das atividades administrativas da Autarquia.

2.1.2. A ausência de seguro poderá gerar elevados prejuízos financeiros ao Conselho, além de comprometer a disponibilidade do veículo utilizado no apoio às atividades institucionais.

2.1.3. A contratação encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade, prevenção de riscos e continuidade do serviço público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consiste na contratação de apólice de seguro automotivo compreensivo, contemplando proteção patrimonial do veículo oficial, cobertura de danos causados a terceiros, proteção dos ocupantes e prestação de serviços emergenciais.

3.2. A contratação deverá ser realizada junto a seguradora regularmente autorizada pela SUSEP para operar no ramo de seguros automotivos.

3.3. Não será admitida a participação de corretoras de seguros, em observância à jurisprudência do Tribunal de Contas da União e ao Decreto nº 60.459/1967.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Gerais

A seguradora deverá possuir autorização vigente da SUSEP para operar no ramo de seguro automotivo.

Não será admitida a participação de corretoras de seguros, representantes ou intermediários.

4.2. Cobertura Compreensiva

A cobertura deverá contemplar, no mínimo:

- colisão;
- abalroamento;
- capotamento;
- tombamento;
- incêndio;
- explosão;
- roubo;
- furto;
- tentativa de roubo;
- queda de objetos;
- fenômenos da natureza;
- enchentes;
- alagamentos;
- vendavais;
- granizo;
- queda de árvores;
- perda parcial;
- perda total.

4.3. Valor Referenciado

A indenização integral deverá corresponder a 100% da Tabela FIPE vigente na data da liquidação do sinistro.

4.4. Responsabilidade Civil Facultativa – RCF-V

Coberturas mínimas:

- Danos Materiais: R\$ 200.000,00;
- Danos Corporais: R\$ 300.000,00;
- Danos Morais: R\$ 50.000,00.

4.5. Acidentes Pessoais de Passageiros – APP

Cobertura mínima:

- Morte Acidental: R\$ 50.000,00 por ocupante;
- Invalidez Permanente: R\$ 50.000,00 por ocupante.

4.6. Assistência 24 Horas

A assistência deverá contemplar:

- guincho/reboque sem limite de quilometragem;
- pane mecânica;
- pane elétrica;
- troca de pneus;
- chaveiro;
- carga de bateria;
- pane seca;
- transporte dos ocupantes;
- hospedagem emergencial, quando cabível.

4.7. Cobertura de Vidros

Deverão estar cobertos:

- para-brisa;
- vidro traseiro;
- vidros laterais;
- faróis;
- lanternas;
- retrovisores.

4.8. Veículo Reserva

Disponibilização de veículo reserva por prazo mínimo de 15 (quinze) dias em caso de sinistro coberto.

4.9. Sustentabilidade

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade compatíveis com a legislação vigente, privilegiando processos eletrônicos e a destinação ambientalmente adequada de resíduos decorrentes dos reparos dos veículos sinistrados.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. A execução contratual iniciar-se-á imediatamente após o término da vigência da apólice atual.
- 5.2. A seguradora deverá emitir a apólice no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho.
- 5.3. Toda alteração contratual deverá ocorrer mediante emissão de endosso.
- 5.4. Os avisos de sinistro poderão ser realizados pelo fiscal do contrato ou por servidor autorizado pelo CONFERE.
- 5.5. A contratada deverá fornecer protocolo de atendimento para todos os chamados registrados.
- 5.6. Os serviços de assistência deverão estar disponíveis 24 horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados.
- 5.7. O atendimento aos sinistros deverá observar os prazos estabelecidos pela regulamentação da SUSEP.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Diretrizes Gerais

- 6.1.1. A execução da contratação deverá observar as disposições da Lei nº 14.133/2021, deste Termo de Referência, da Nota de Empenho que formalizará a contratação e das normas expedidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.
- 6.1.2. A CONTRATADA responderá integralmente pela adequada execução dos serviços securitários contratados, inclusive quanto à emissão da apólice, emissão de endossos, atendimento de sinistros, prestação de assistência 24 horas e pagamento das indenizações devidas.

6.2. Comunicações entre as Partes

- 6.2.1. Todas as comunicações entre o CONFERE e a CONTRATADA deverão ocorrer preferencialmente por meio eletrônico, mediante e-mail institucional ou outro meio formal que permita a comprovação do recebimento.
- 6.2.2. As comunicações relacionadas a sinistros, solicitações de endosso, notificações, esclarecimentos e demais ocorrências contratuais passarão a integrar os autos do processo administrativo correspondente.

6.3. Representante da Contratada

- 6.3.1. A CONTRATADA deverá indicar formalmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho, representante responsável pelo acompanhamento da contratação, informando nome, telefone e endereço eletrônico para contato.
- 6.3.2. A substituição do representante deverá ser comunicada previamente ao CONFERE.

6.4. Fiscalização da Contratação

- 6.4.1. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada pelos servidores formalmente designados pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.2. Ficam designados:

Fiscal Titular: Cícero João Araújo Ferreira

Fiscal Substituto: Maurício Duarte Tavares

6.5. Competências da Fiscalização

6.5.1. Compete aos fiscais da contratação:

I – acompanhar a execução do objeto;

II – verificar a conformidade da apólice emitida com as especificações constantes deste Termo de Referência;

III – conferir os limites de cobertura, franquias, vigência e demais condições contratuais;

IV – acompanhar a emissão de endossos eventualmente necessários;

V – monitorar o atendimento prestado pela seguradora em casos de sinistro;

VI – verificar o cumprimento dos prazos regulamentares para regulação e liquidação de sinistros;

VII – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;

VIII – solicitar esclarecimentos e documentos complementares à CONTRATADA;

IX – comunicar irregularidades ao gestor da contratação;

X – promover o recebimento provisório e definitivo do objeto;

XI – atestar a Nota Fiscal para fins de pagamento.

6.6. Acompanhamento dos Sinistros

6.6.1. Sempre que ocorrer evento passível de cobertura securitária, a fiscalização acompanhará o procedimento de regulação do sinistro, verificando:

I – a tempestividade do atendimento;

II – a observância das coberturas contratadas;

III – os prazos de análise estabelecidos pela SUSEP;

IV – os prazos para liquidação das indenizações;

V – a qualidade dos serviços prestados pela seguradora.

6.7. Registro das Ocorrências

6.7.1. Todas as ocorrências verificadas durante a execução da contratação deverão ser registradas no processo administrativo correspondente, incluindo:

I – emissão da apólice;

II – emissão de endossos;

III – acionamentos da assistência 24 horas;

IV – comunicação de sinistros;

V – pagamento de indenizações;

VI – notificações expedidas pela Administração;

VII – eventuais sanções aplicadas.

6.8. Limites da Fiscalização

6.8.1. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua atuação, tampouco transfere ao CONFERE qualquer responsabilidade pelos riscos assumidos pela seguradora.

6.9. Recebimento do Objeto

6.9.1. O recebimento provisório ocorrerá mediante a disponibilização da apólice de seguro.

6.9.2. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade da apólice com as exigências deste Termo de Referência e mediante manifestação favorável da fiscalização.

6.10. Gestor da Contratação

6.10.1. Compete ao Gestor da Contratação:

I – acompanhar a atuação da fiscalização;

II – deliberar sobre situações que ultrapassem a competência dos fiscais;

III – promover os procedimentos necessários à aplicação de penalidades, quando cabível;

IV – acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada;

V – adotar as providências necessárias à liquidação e ao pagamento da despesa;

VI – elaborar relatório final da contratação ao término da vigência da apólice.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A gestão contratual observará os artigos 117, 140 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Ficam designados:

Fiscal Titular: Cícero João Araújo Ferreira

Fiscal Substituto: Maurício Duarte Tavares

7.3. Compete aos fiscais:

I – acompanhar a execução contratual;

II – verificar a conformidade da apólice;

III – controlar prazos de vigência;

IV – acompanhar os procedimentos de sinistro;

V – registrar ocorrências;

VI – emitir relatórios de fiscalização;

VII – atestar documentos fiscais;

VIII – comunicar irregularidades à autoridade competente;

IX – promover o recebimento provisório e definitivo do objeto.

7.4. A fiscalização exercida pelo CONFERE não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

I – der causa à inexecução parcial do contrato;

II – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – der causa à inexecução total do contrato;

IV – ensejar o retardamento da execução do objeto ou da emissão da apólice sem motivo justificado;

V – apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução contratual;

VI – praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

IX – deixar de cumprir obrigações relacionadas ao atendimento de sinistros, emissão de endossos, prestação de assistência 24 horas ou pagamento de indenizações previstas na apólice;

X – recusar-se injustificadamente a executar os serviços contratados ou a cumprir as coberturas previstas neste Termo de Referência.

8.2. Sanções Aplicáveis

Sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal cabível, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência

Será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave.

8.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar

Será aplicada quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III e IV do item 8.1, sempre que não se justificar a aplicação de penalidade mais grave.

8.2.3. Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Será aplicada quando praticadas as condutas descritas nos incisos V, VI, VII e VIII do item 8.1, bem como quando a gravidade das infrações previstas nos incisos II, III e IV justificar penalidade mais severa.

8.2.4. Multa

8.2.4.1. Multa Moratória

Será aplicada multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, limitada a 20 (vinte) dias corridos.

8.2.4.2. O atraso superior a 20 (vinte) dias poderá caracterizar inexecução total da contratação, facultando à Administração promover a extinção contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

8.2.4.3. Multa Compensatória por Inexecução Parcial

Na hipótese prevista no inciso I do item 8.1, poderá ser aplicada multa compensatória entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Multa Compensatória por Inexecução Parcial Grave

Na hipótese prevista no inciso II do item 8.1, poderá ser aplicada multa compensatória entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Multa Compensatória por Inexecução Total

Na hipótese prevista no inciso III do item 8.1, poderá ser aplicada multa compensatória entre 20% (vinte por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da contratação.

8.2.4.6. Multa por Apresentação de Documentação Falsa ou Fraude

Nas hipóteses previstas nos incisos V a VIII do item 8.1, poderá ser aplicada multa compensatória entre 20% (vinte por cento) e 30% (trinta por cento) do valor da contratação, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

8.2.4.7. Multa por Descumprimento de Obrigações Operacionais

Poderá ser aplicada multa compensatória de até 10% (dez por cento) do valor da contratação quando houver:

- I – descumprimento dos prazos de atendimento aos sinistros;
- II – atraso injustificado na emissão da apólice;
- III – atraso injustificado na emissão de endossos;
- IV – indisponibilidade dos serviços de assistência 24 horas;
- V – descumprimento das coberturas contratadas;
- VI – atraso injustificado na liquidação de indenizações.

8.3. Reparação Integral do Dano

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao CONFERE.

8.4. Cumulação de Penalidades

As sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

8.5. Defesa Prévia

Antes da aplicação de qualquer penalidade será assegurado à CONTRATADA o exercício do contraditório e da ampla defesa, mediante concessão de prazo de 15 (quinze) dias úteis para manifestação.

8.6. Cobrança das Multas

Caso o valor da multa aplicada seja superior ao montante eventualmente devido à CONTRATADA, a diferença poderá ser descontada de créditos existentes ou cobrada administrativamente e judicialmente.

8.7. Prazo para Recolhimento

As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da ciência da decisão administrativa.

8.8. Processo Administrativo Sancionador

A aplicação das sanções observará o procedimento previsto nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

8.8.1. As notificações poderão ser realizadas por meio eletrônico, utilizando os endereços de e-mail informados pela CONTRATADA na proposta comercial e aqueles cadastrados no SICAF.

8.8.2. Os endereços eletrônicos informados pela CONTRATADA serão considerados válidos para fins de comunicação oficial durante toda a vigência contratual.

8.9. Critérios para Dosimetria das Penalidades

Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração;
- II – os danos causados à Administração;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – a vantagem auferida pela infratora;
- V – a reincidência;
- VI – a adoção de medidas corretivas;
- VII – a existência e efetividade de programa de integridade.

8.10. Lei Anticorrupção

Os atos tipificados como infrações administrativas pela Lei nº 14.133/2021 que também configurem atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente.

8.11. Desconsideração da Personalidade Jurídica

A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada quando utilizada para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos, observados o contraditório, a ampla defesa e a prévia manifestação jurídica.

8.12. Registro das Penalidades

O CONFERE promoverá o registro das sanções aplicadas nos sistemas oficiais cabíveis, inclusive SICAF, CEIS e CNEP, quando exigido pela legislação.

8.13. Reabilitação

As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser objeto de reabilitação, observadas as condições previstas no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. Compensação de Créditos

Os débitos decorrentes de multas administrativas ou indenizações poderão ser compensados com créditos eventualmente existentes em favor da CONTRATADA perante o CONFERE, observada a Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de Contratação

9.1.1. A presente contratação será realizada por meio de Dispensa Eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando tratar-se de contratação de baixo valor destinada à prestação de serviço comum cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

9.1.2. A seleção da proposta mais vantajosa será realizada por intermédio do Sistema de Dispensa Eletrônica do Governo Federal, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e julgamento objetivo.

9.2. Critério de Julgamento

9.2.1. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atendidas integralmente todas as exigências técnicas, operacionais e de habilitação previstas neste Termo de Referência.

9.2.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- I – não atendam às exigências deste Termo de Referência;
- II – apresentem coberturas inferiores às exigidas;
- III – imponham franquias incompatíveis com as condições usuais de mercado;
- IV – apresentem condições restritivas à cobertura securitária;
- V – apresentem preços manifestamente inexequíveis ou excessivos;
- VI – contenham vícios insanáveis ou incompatibilidades com a legislação aplicável.

9.3. Regime de Execução

O regime de execução será o de **empreitada por preço global**, considerando que o objeto possui escopo definido e remuneração previamente estabelecida mediante pagamento único do prêmio correspondente à cobertura securitária contratada.

9.4. Critério de Aceitabilidade dos Preços

9.4.1. O critério de aceitabilidade será o valor global estimado para a contratação, apurado mediante pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

9.4.2. A Administração poderá solicitar documentos complementares que demonstrem a exequibilidade da proposta apresentada.

9.4.3. Serão consideradas inexequíveis as propostas que não demonstrem capacidade de execução das coberturas exigidas ou que apresentem preços incompatíveis com os valores praticados pelo mercado securitário.

9.5. Exigências de Habilitação

Para fins de habilitação, a interessada deverá comprovar os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica estabelecidos neste Termo de Referência.

9.5.1. Habilitação Jurídica

A licitante deverá apresentar:

I – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;

II – documentos comprobatórios dos poderes de representação dos responsáveis pela assinatura da proposta;

III – comprovante de inscrição e situação cadastral ativa junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

IV – autorização para funcionamento expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

9.5.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais ou da consolidação respectiva.

9.5.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

A licitante deverá comprovar:

I – regularidade perante a Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

II – regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

III – inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

IV – regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal, conforme o caso;

V – inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

9.5.3. Qualificação Econômico-Financeira

A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação de:

I – certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

II – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei;

III – comprovação dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1,00 (um), mediante aplicação das fórmulas previstas na legislação;

IV – patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, caso a empresa apresente resultado igual ou inferior a 1,00 em qualquer dos índices previstos no inciso anterior;

V – declaração assinada por profissional habilitado da área contábil atestando o atendimento dos índices econômico-financeiros exigidos.

9.5.4. Qualificação Técnica

A licitante deverá comprovar aptidão para execução do objeto mediante apresentação de:

I – autorização vigente para operar no ramo de seguro automotivo expedida pela SUSEP;

II – certidão de regularidade emitida pela SUSEP;

III – declaração de que possui estrutura operacional apta à prestação dos serviços em todo o território nacional;

IV – comprovação da existência de central de atendimento e assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia;

V – atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto desta contratação.

9.5.4.1. Os atestados deverão comprovar experiência na emissão e administração de apólices de seguro automotivo com características compatíveis ou superiores às exigidas neste Termo de Referência.

9.5.4.2. Serão aceitos atestados emitidos em nome da matriz ou da filial da licitante.

9.5.4.3. A Administração poderá solicitar documentos complementares destinados à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

9.5.5. Declarações

A licitante deverá apresentar declaração de que:

I – possui pleno conhecimento das condições de execução do objeto;

II – dispõe de estrutura operacional necessária ao atendimento das exigências contratuais;

III – não possui impedimentos para contratar com a Administração Pública;

IV – atende às exigências de reserva de cargos previstas na legislação aplicável.

9.6. Disposições Gerais sobre Habilitação

9.6.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diverso daquele constante da proposta, salvo aqueles legalmente admitidos.

9.6.2. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, por sua natureza, sejam emitidos exclusivamente em nome da matriz.

9.6.3. A Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

9.7. Vedação à Participação de Intermediários

9.7.1. Considerando a natureza do objeto e o entendimento consolidado dos órgãos de controle, somente poderão participar da presente contratação seguradoras regularmente autorizadas pela SUSEP para operar no ramo correspondente ao objeto contratado.

9.7.2. Não será admitida a participação de corretoras de seguros, representantes comerciais, intermediários ou quaisquer entidades que não assumam diretamente a responsabilidade pela emissão da apólice e execução das obrigações securitárias.+.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1.O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável é de R\$ R\$ 826,52 (oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e dois centavos) segundo estimativa de preços realizada por essa entidade, de acordo com o art. 5º da IN 65/2022 SEGES.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte dotação:

Conta Contábil: 6.2.2.1.1.01.04.04.023 – Seguros de Bens Móveis.

A contratação possui previsão orçamentária e compatibilidade com o planejamento institucional do CONFERE.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília, 08, junho de 2026.

RENATO SKAETTA
CARNEIRO:00377
656712

Assinado de forma digital
por RENATO SKAETTA
CARNEIRO:00377656712
Dados: 2026.06.10 13:17:06
-03'00'

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. A contratação será formalizada mediante emissão de Nota de Empenho, nos termos do art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, dispensada a celebração de instrumento contratual específico.

1.2. A Nota de Empenho substitui, para todos os efeitos legais, o instrumento contratual, vinculando a CONTRATADA:

I – à proposta apresentada;

II – ao Aviso de Dispensa Eletrônica;

III – ao Termo de Referência e seus anexos;

IV – às normas da Lei nº 14.133/2021;

V – às normas expedidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

1.3. O recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA implica plena ciência e concordância com todas as condições estabelecidas na contratação.

1.4. A CONTRATADA deverá acusar o recebimento da Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após sua disponibilização.

2. VIGÊNCIA

2.1. A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, conforme previsto no Termo de Referência e na apólice emitida pela seguradora.

2.2. A cobertura securitária terá início às 24 (vinte e quatro) horas do dia imediatamente subsequente ao encerramento da apólice vigente, sem solução de continuidade.

2.3. A contratação extinguir-se-á automaticamente ao término da vigência da apólice, ressalvadas as obrigações pendentes decorrentes de sinistros ocorridos durante o período de cobertura.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONFERE:

- 3.1. Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela seguradora.**
- 3.2. Fornecer as informações necessárias à adequada execução do objeto.**
- 3.3. Comunicar formalmente à CONTRATADA a ocorrência de sinistros ou demais eventos cobertos.**
- 3.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação.**
- 3.5. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas.**
- 3.6. Aplicar as sanções administrativas cabíveis quando constatadas irregularidades.**
- 3.7. Receber e analisar a documentação relativa à emissão da apólice, endossos e indenizações.**
- 3.8. Decidir sobre requerimentos e solicitações da CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ressalvadas situações que demandem diligências complementares.**

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- 4.1. Emitir a apólice nas condições estabelecidas no Termo de Referência.**
- 4.2. Manter durante toda a vigência da contratação as condições de habilitação e qualificação exigidas.**
- 4.3. Disponibilizar central de atendimento e assistência 24 horas durante toda a vigência da apólice.**
- 4.4. Proceder à regulação dos sinistros nos prazos estabelecidos pela SUSEP.**
- 4.5. Efetuar o pagamento das indenizações devidas nos prazos regulamentares.**
- 4.6. Emitir endossos quando solicitados pela Administração.**
- 4.7. Comunicar imediatamente ao CONFERE qualquer fato que possa comprometer a execução contratual.**
- 4.8. Responsabilizar-se integralmente pelos danos decorrentes da execução inadequada dos serviços.**
- 4.9. Guardar sigilo sobre informações eventualmente obtidas em razão da execução contratual.**
- 4.10. Não transferir a terceiros as obrigações assumidas sem autorização expressa da Administração.**

5. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 5.1. As partes obrigam-se a observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).**
- 5.2. Os dados eventualmente compartilhados serão utilizados exclusivamente para execução da contratação e cumprimento das obrigações legais e regulatórias aplicáveis.**
- 5.3. A CONTRATADA responderá por eventual tratamento inadequado de dados pessoais decorrente de sua atuação.**

6. EXTINÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação extinguir-se-á:

I – pelo cumprimento integral das obrigações;

II – pelo término da vigência da apólice;

III – pelas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A extinção não afasta a responsabilidade da seguradora por sinistros ocorridos durante o período de cobertura.

6.3. Poderá ocorrer extinção antecipada por interesse público devidamente motivado, observadas as disposições legais aplicáveis.

7. ALTERAÇÕES

7.1. As alterações decorrentes de inclusão, exclusão ou modificação de informações relacionadas ao veículo segurado serão formalizadas mediante emissão de endosso.

7.2. Aplicam-se às alterações contratuais as disposições dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, no que couber.

7.3. Os registros que não caracterizem alteração contratual poderão ser formalizados por apostilamento.

8. CASOS OMISSOS

8.1. Os casos omissos serão resolvidos com fundamento:

I – na Lei nº 14.133/2021;

II – nas normas da SUSEP;

III – no Código Civil;

IV – no Código de Defesa do Consumidor, quando aplicável;

V – nos princípios gerais do Direito Administrativo.

9. FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da presente contratação que não possam ser solucionadas administrativamente.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Dispensa Eletrônica nº 13/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Brasília, de de 2026 .

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: O Termo de Referência reflete as regras e especificações do objeto e está apto para ser publicado.

RENATO
SKAETTA
CARNEIRO:0037
7656712

Assinado de forma
digital por RENATO
SKAETTA
CARNEIRO:00377656712
Dados: 2026.06.10
13:17:33 -03'00'

RENATO SKAETTA CARNEIRO

Gerente Administrativo